

# Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico

## Strategic Studies as an Area of Scientific Knowledge

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 107-128  
ISSN 2358-3932

---

**EURICO DE LIMA FIGUEIREDO**

A teoria deve ser suficientemente flexível e aberta para levar em conta os imponderáveis e conter o potencial para futuros desenvolvimentos.

*Peter Paret*

Este artigo sustenta a constituição dos Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico.

Menos de dez anos atrás, o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (ENEE), realizado em Brasília, em novembro de 2007, sob patrocínio do Gabinete Institucional da Presidência da República, se constituiu em um bom exemplo do que os Estudos Estratégicos *não são*. Os objetivos propostos pelos organizadores do evento foram quatro: o “Futuro da População”; o “Futuro do Território”; o “Futuro da Globalização”; e o “Futuro da Ciência e Tecnologia”. Entre os vinte subtemas previstos nos quatro blocos, *apenas um* relacionou-se, diretamente, com a questão estratégica (“as Forças Armadas de que o Brasil irá necessitar”). Entre os trabalhos apresentados, figuraram temas como as epidemias e as desigualdades, o comércio mundial e as empresas brasileiras no exterior, as células-tronco, a biossegurança, entre outras temáticas tão amplas quanto imprecisas do ponto de vista analítico. O termo “Segurança” foi deixado em aberto, podendo referir-se à segurança internacional, à segurança nacional ou, ainda, à segurança pública. Em nenhum dos blocos foi proposto o “futuro da segurança internacional e da defesa nacional”, conceitos centrais nos Estudos Estratégicos, tal como neste trabalho se propõe (cf. Figueiredo, 2010).

Mais uma vez o termo “estratégico” ganhou o sentido de “generalidade” visando, talvez, contribuir para o planejamento da ação estatal. As imprecisões terminológicas permanecem na atualidade, mesmo no campo da comunidade acadêmica que milita na área. A expressão “Estudos Estratégicos” disputa lugar com outras, tais como “Estudos da Defesa”, “Estudos da Segurança Internacional”, “Assuntos Estratégicos”, ou, simplesmente, “Estratégia”. Há, ainda, o registro de outras combinações possíveis. Ronda a questão em pauta o risco de se cair em certo tipo de nominalismo extremado, em que a imprecisão é resolvida por escolhas impressionistas, um *flatus vocis*, mera emissão fonética destituída de precisão conceitual.

O objetivo central deste artigo é contribuir para o melhor esclarecimento das nomenclaturas empregadas, no Brasil, pelos estudiosos e pesquisadores da área. Pretende contribuir para o debate sobre a questão, tanto em sentido conceitual como prático. Postula que os Estudos Estratégicos se constituem em área de conhecimento próprio não só porque são identificáveis com a natureza de seu objeto de pesquisa, como também porque o conjunto de saberes que a tal natureza corresponde permite identificar suas temáticas próprias, tendo em vista os fins de “ensino, pesquisa e aplicações práticas”.<sup>1</sup> Justifica sua necessidade de reconhecimento tendo em vista, por um lado, a existência de considerável número de pesquisadores que exercem suas atividades profissionais na área, tanto no âmbito acadêmico civil como militar. Propõe que seus tratamentos e procedimentos – teóricos, metodológicos e empíricos – requerem conhecimentos que não são ofertados pelas demais *áreas* do conhecimento científico, mesmo aquelas que podem ser consideradas próximas ou afins, tais como a Ciência Política ou as Relações Internacionais. Os Estudos Estratégicos não se confundem com essas, embora suas fronteiras conceituais se avizinhem. Advoga, por fim, que o *objeto de investigação* dos Estudos Estratégicos é o complexo *defesa nacional/segurança internacional*.

Visando o melhor encaminhamento da argumentação, a primeira seção abordará a questão das áreas de conhecimento científico. A segunda proporrá, à luz da argumentação desenvolvida na seção anterior, os Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico. A seguinte discutirá o objeto dos Estudos Estratégicos, o complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional, enquanto que, na última, far-se-á sumário da argumentação desenvolvida.

## ÁREA DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Em 2005, visando melhor disciplinar a questão das áreas de conhecimento no país, a Capes, o CNPq e a Finep resolveram designar uma comissão para organizar uma nova “Tabela das Áreas de Conhecimento” (TAC). Ela deveria ser contemporânea às necessidades e aos desenvolvimentos experimentados pela comunidade científica brasileira.<sup>2</sup> Essa tabela é, em geral, utilizada pelas agências de fomento brasileiras e, não raro, revela claras inconsistências, resvalando para soluções tipo *ad hoc*. A TAC do CNPq, na época de trabalho da comissão, registrava a existência de uma *grande área*, designada *Outros*, com 23 itens listados por ordem alfabética.<sup>3</sup>

A comissão propôs que se entendesse como área de conhecimento o “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”.<sup>4</sup> Tendo em vista tal definição, foi proposta, de início, a criação de 24 novas áreas, entre elas *Relações Internacionais* e *Defesa e Segurança*. Essa última compreenderia as seguintes subáreas: *Pensamento Estratégico*, *Políticas de Defesa e Segurança*, *Estudos Militares* e *Instituições de Defesa*. O encaminhamento encontrou resistências entre os especialistas em Relações Internacionais que “entenderam que os estudos relativos à Economia Política Internacional e à Defesa e a Segurança deveriam permanecer no âmbito das Relações Internacionais” (Domingos Neto, 2007, p. 367-368). O presidente da comissão registrou que

[...] após alongadas negociações, ciente de que qualquer classificação passaria necessariamente por reajustes a partir de sua aplicação prática, os especialistas em Relações Internacionais propuseram a criação da *área de Relações Internacionais* com as seguintes subáreas: Teoria das Relações Internacionais, Instituições e Organizações Internacionais; Integração Regional; Economia Política Internacional; e (finalmente) Paz, Conflito e Meio Internacional (Domingos Neto, 2007, p. 367-368). *Defesa e Segurança*, portanto, nessa acepção, desapareceriam como área autônoma, ficando, por assim dizer, “imersas” ou “diluídas” nas diversas subáreas das Relações Internacionais. Embora se pudesse entrever alguma tênue adequação entre Estudos Estratégicos e a subárea *Paz, Conflito e Meio Internacional*, ela era, no mínimo, forçada. As questões concernentes à paz e ao conflito fazem *parte* do objeto dos Estudos Estratégicos, a Defesa e a Segurança Internacional, mas não permitem divisar a complexidade de suas temáticas. A ótica embutida na proposta era de alcance menor. Continha, quiçá, traços de uma mera disputa por espaços acadêmicos na vida universitária, o que não é incomum.

Os trabalhos da referida comissão foram entregues em dezembro de 2005, mas o relatório final, até o momento, não ganhou força de execução. Há de se registrar, entretanto, que a classificação acima, com cinco subáreas, aparece ainda mais retraída no site “Memória”, do CNPq, relativo ao assunto. Lá aparecem apenas três: *Fundamentos Teóricos, Diplomacia, Relações Internacionais Especializadas*.<sup>5</sup>

A comissão entendeu que “os pesquisadores vinculariam livremente suas *especialidades* às áreas e subáreas que julgassem mais adequadas”. No entanto, o eventual encaixe de *Defesa e Segurança* na rubrica *Relações Internacionais Especializadas* seria, pelo menos, discutível, senão mesmo forçado e arbitrário. As especialidades relacionadas na tabela vinculada no site Memória, do CNPq, com o termo “Estudos” são todas elas bastante genéricas, tais como: “Estudo de Mercado”, “Estudos da Habitação”, “Estudos de Átomos e Moléculas Especiais”, “Estudos de Organização do Espaço Exterior”, “Estudos de Usuários, Estudos e Caracterização de Efluentes Industriais”, “Estudos Naturalísticos do Comportamento Animal”. Uma das especialidades, “Estudos sobre as Soberanias”, mantém clara afinidade com os Estudos Estratégicos. No entanto, sem se precisar qual o conteúdo conceitual de tais estudos, e qual o contexto epistemológico em que se enquadra, a rubrica bem poderia incluir aportes da Teoria Política, da Teoria das Relações Internacionais, da História, da Economia, entre outros. Sendo, nesse caso, o termo “especialidades” tão genérico quanto impreciso, pode-se supor que a expressão *Relações Internacionais Especializadas* foi empregada como espécie de “guarda-chuva” que pudesse abrigar pleitos diversos, tanto no âmbito das Relações Internacionais, como no dos Estudos Estratégicos.

Acrescente-se ainda que, nas especialidades listadas no site do CNPq, o termo “defesa” só aparece sob a denominação “Defesa Fitossanitária”, enquanto o termo “segurança” apenas surge em especialidades tais como: “Segurança Alimentar e Nutricional”, “Segurança Privada”, “Segurança Pública”, “Segurança, Localização e Licenciamento de Reatores”. Não se registrava, assim, nada semelhante à *Defesa Nacional* e à *Segurança Internacional*, conceitos essenciais aos Estudos Estratégicos, como se procurará deixar evidente neste trabalho.<sup>6</sup>

Em suma, neste trabalho, sem entrar nas implicações de ordem ontológica e epistemológicas subjacentes à questão,<sup>7</sup> a definição anteriormente aludida da área de conhecimento, como o “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”, serve aos objetivos pretendidos. Ela destaca os quatro pontos

que permitem conceituar os Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico, a saber:

- a) Conjunto de conhecimentos inter-relacionados;
- b) Saber coletivamente construído;
- c) Tal saber é reunido segundo a natureza do objeto de investigação;
- d) Tem como propósito o ensino, a pesquisa e as aplicações práticas da área de conhecimento que se pretende identificar.

## OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

A proposta de uma área de Estudos Estratégicos atende ao conjunto de requisitos acima indicado, quando se examina cada uma das condições contidas na definição proposta. Veja-se.

### A) Conjunto de conhecimentos inter-relacionados

Os Estudos Estratégicos referem-se aos fenômenos relativos à Defesa Nacional e à Segurança Internacional.<sup>8</sup> Requerem conhecimentos que se inter-relacionam porquanto não podem, a não ser analiticamente falando, ser pensados sem que uma face da moeda não se refira a outra. Conceituar a Defesa Nacional de um dado país em um espaço vazio, meramente abstrato, é inócuo. Ela só ganha sentido e conteúdo *real* quando se intercala em espaço objetivamente dado e externo a ela: a ambiência da segurança internacional. Considerar a segurança internacional – seja qual for a definição que se queira lançar mão – em si e por si mesma, sem localizá-la em uma moldura ainda mais ampla, retira do conceito sua concretude. A segurança internacional deve ser compreendida como formando um subsistema que supõe um outro ainda maior, o sistema de relações internacionais. Tratar desses conceitos requer jargões científicos próprios, teorias e metodologias apropriadas aos seus objetivos, temáticas específicas, formações acadêmicas singulares capazes de corresponder aos intentos pretendidos. Os temas presentes nos Quadros 1 e 2 permitem vislumbrar a riqueza temática do complexo “Defesa Nacional/Segurança Internacional”, em rápido recorte, meramente indicativo.<sup>9</sup>

## QUADRO 1 – Temas relacionados à Defesa Nacional

|  |  |  |
|--|--|--|
| Ameaças (novas e tradicionais)                     | Estratégias Militares  | Recrutamento nas Forças Armadas  |
| Antropologia Militar                               | Estratégia Nacional de Defesa                                | Relação militares <i>versus</i> militares                              |
| Aprestamento Militar                               | Estudos Aeroespaciais  | Revolução Civil  |
| Aquisição de material militar                      | Estudos Marítimos  | Revolução nos assuntos militares                                       |
| Atividades subsidiárias das Forças Armadas         | Forças Armadas e Sociedade                                   | Políticas de Defesa  |
| Cerceamento tecnológico militar                    | Indústria da Defesa  | Teoria e análise dos assuntos de Defesa                                |
| Ciências Militares                                 | Infraestrutura de Defesa                                     | Teoria Política dos Estudos Estratégicos (viés “Defesa”)               |
| Ciência, Tecnologia e Inovação para fins militares | Instituições e Organizações Militares                        | Segurança Nacional (relacionada à Segurança Internacional)             |
| Cultura de Defesa                                  | Inteligência   | Segurança Pública (relacionada à Segurança Nacional)                   |
| Cultura Militar                                    | História Militar   | Serviço Social Militar   |
| Cultura Estratégica                                | Gênero e Forças Armadas                                      | Sistemas de comando, controle, comunicações, computação e inteligência |
| Defesa Nacional                                    | Logística Militar  | Sociologia Militar   |
| Defesa Civil                                       | Mobilização Nacional   |  |
| Diplomacia Militar                                 | Pesquisa e Desenvolvimento voltados para indústria de Defesa |  |
| Dissuasão  | Planejamento Estratégico                                     |  |
| Doutrina Militar                                   | Pensamento Estratégico                                       |  |
| Economia de Defesa                                 | Polemologia  |  |
| Educação e Ensino Militares                        | Psicologia Militar   |  |

## QUADRO 2 – Temas relacionados à Segurança Internacional

|   |  |  |
|---|--|--|
| Ameaças e novas ameaças<br>Cenários regionais de Segurança e Defesa<br>Cerceamento tecnológico em Defesa e Segurança<br>Contrabando de armas<br>Cultura Estratégica<br>Direito Humanitário<br>Direito Internacional dos conflitos armados<br>Economia Política dos Estudos Estratégicos | Estudos Estratégicos e Relações Internacionais<br>Geopolítica<br>Geoestratégia<br>Guerra (*)<br>Missões de Paz<br>Mobilização<br>Narcotráfico<br>Novas conflitualidades<br>Mercenários e empresas militares privadas | Organizações internacionais e regionais de segurança e defesa<br>Operações de paz<br>Segurança Internacional<br>Pirataria<br>Políticas de Segurança Internacional<br>Teoria e análise dos assuntos de Segurança<br>Teoria Política dos Estudos Estratégicos (viés “Segurança”)<br>Terrorismo e Contraterrorismo (**) |
|---|--|--|

(\*) Guerra Assimétrica, Guerra Cibernética, Guerras de diferentes gerações, Guerras em diferentes dimensões, Guerra Civil, Guerra Espacial, Guerra Interestatal, Guerra de Guerrilha, Guerra Irregular, Guerra Marítima, Guerra Nuclear, Guerra Psicológica, Guerra submarina, Guerra Terrestre, Jogos de Guerra.

(\*\*) Terrorismo Ambiental, Terrorismo Biológico, Terrorismo Cibernético, Terrorismo Nuclear.

A análise da Defesa Nacional e da Segurança Internacional obriga o analista da área a dominar, por conseguinte, na sua formação, amplo *conjunto de conhecimentos inter-relacionados que é dado por extensa temática.*

## B) Saber coletivamente construído

Não se pode falar em um “saber coletivamente produzido” enquanto não se dispõe de sistemas de produção da ciência institucionalmente reconhecidos. Isso só aconteceu, no campo dos Estudos Estratégicos, nos últimos dez anos. A primeira área de concentração em Estudos Estratégicos no Brasil foi instituída no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), cursos de mestrado e doutorado, em 2005/2006. O primeiro Programa de Pós-Graduação na área surgiu também naquela mesma universidade, com o credenciamento pela Capes, em 2007, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional (PPPGEST/UFF), que iniciou suas atividades no ano seguinte. Ainda nessa mesma instituição em lide, começou a operar o curso de Relações Internacionais com ênfase em Estudos Estratégicos, em 2008. Em 2012 foi inaugurado o

Instituto de Estudos Estratégicos, uma unidade isolada e autônoma da Universidade Federal Fluminense (o INEST/UFF), com *status* de faculdade, com uma graduação e uma pós-graduação, voltado para as temáticas da área, contando, em 2016, com um contingente de mais de 500 pessoas. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2010, foi iniciado o Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI/UFRJ), o primeiro e até agora único curso de graduação em Estudos Estratégicos do país. Também em 2010, foi credenciado pela Capes o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS), com suas três linhas de pesquisa, Política Internacional, Economia Política Internacional e Segurança Internacional, as duas primeiras mais afins às Relações Internacionais, enquanto a última claramente integrada aos Estudos Estratégicos.

No âmbito das chamadas “instituições militares de altos estudos”, o crescimento é mais recente, porém, vertiginoso. Em 2011 foi autorizado a funcionar, na Universidade da Força Aérea (Unifa) o curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA/UNIFA). Na Escola de Comando de Estado-Maior do Exército, no seu Instituto Meira Mattos, a Capes autorizou o curso de mestrado (acadêmico) em Ciências Militares (PPGCM), com área de concentração em Defesa Nacional, em 2012. Na Escola de Guerra Naval, foi autorizado pela Capes, em 2013, o curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM/EGN). Há informações de que, em breve, a Escola Superior de Guerra (ESG) proporá também à Capes o credenciamento de um curso de mestrado.

Além desses programas, verifica-se, também, a implantação e desenvolvimento, em todo o Brasil, de áreas de concentração e linhas de pesquisa em outras pós-graduações de universidades, públicas e privadas, no espaço de questões afeitas aos Estudos Estratégicos. Contabiliza-se, assim, em menos de dez anos, na área em tela, a formação de massa crítica, institucionalmente amparada, para a produção do saber científico coletivamente construído. Esse feito não poderia ter sido possível sem o estímulo do Estado brasileiro no período em lide através de programas de indução. Eles resultaram da parceria entre o Ministério da Educação (MEC), através da Capes, e o Ministério da Defesa (MD), que lançaram os chamados Programas Pró-Defesa (em 2005, 2008 e 2013). A Secretaria de Assuntos Estratégicos, também em consórcio com a Capes/MEC, participou do esforço, através do Pró-Estratégia, em dezembro de 2011.<sup>10</sup> Embora esses programas tenham dividido seus recursos entre as áreas das Ciências Humanas e outras áreas “duras”, eles tiveram um notável



impacto no desenvolvimento dos Estudos Estratégicos do país. No futuro, espera-se que tais recursos sejam dirigidos, tão somente, para a área em tela.<sup>11</sup> Afinal, as chamadas “ciências duras”, por exemplo, vêm contando com editais e chamadas que as têm beneficiado na história da ciência brasileira, com recursos muito maiores aos que foram previstos pelos Pró-Defesa e Pró-Estratégia.

A área de Estudos Estratégicos, tendo se desenvolvido celeremente nos últimos dez anos, *produz, autonomamente, saber coletivamente construído e chancelado pelas agências supervisoras do desenvolvimento da ciência no Brasil*.<sup>12</sup>

C) *Tal saber é reunido segundo a natureza do objeto de investigação* Defesa Nacional e Segurança Internacional supõem um ente conceitual que os formule e os ponha em prática. Este ente é o Estado nacional.<sup>13</sup> O cientista político poderia argumentar que defesa e segurança, entendidas como perímetros últimos do resguardo e proteção do Estado (sua soberania), estão compreendidas dentro da área de conhecimentos que lhes é própria. O especialista em Relações Internacionais igualmente poderá reivindicar para sua área os estudos e pesquisas relativos a tais questões, na medida em que se trata de conceitos que, no âmbito externo, se referem às interações interestatais. Nenhuma das duas áreas, entretanto, contam com formação própria – teorias, metodologias, conceitos, linguagens – capaz de analisar e investigar, com propriedade, as especificidades da área dos Estudos Estratégicos. As questões da defesa e segurança, no âmbito dos Estudos Estratégicos, exigem conhecimentos específicos relativos a assuntos que passam à margem do foco político e dos que desenvolvem seus estudos e pesquisas na área das Relações Internacionais. A listagem das temáticas singulares da área pode ser extensa. Basta indicar-se algumas, por enquanto, para deixar claro como elas se encontram distantes dos focos da Ciência Política e das Relações Internacionais: forças armadas e sociedade; cultura de defesa; cultura estratégica; terrorismo; revolução nos assuntos militares; dissuasão; jogos de guerra; o próprio fenômeno da guerra, etc.<sup>14</sup>

Em breve e conclusivamente: a natureza ontológica e epistêmica dos Estudos Estratégicos é política. Seu “ser” mais íntimo e profundo é político; sua *episteme*, também. É a partir da angulação política que os conhecimentos referentes ao seu objeto, o “complexo “Defesa Nacional e Segurança Internacional”, são colhidos e integrados, ganhando substância conceitual. Caso não fosse assim, estar-se-ia ante um conjunto de conhecimentos superpostos, desarticulados entre si, sem coerência, nem consistência maior. A perspectiva do analista cria o objeto: da natureza política dos Estudos Estratégicos deriva a integração dos seus variados temas, dando-lhe consistência e coerência internas.

D) Tem como propósito o ensino, a pesquisa e as aplicações práticas da área de conhecimento que se pretende identificar

É a produção de novos conhecimentos que permite que a pesquisa enriqueça, continuamente, as práticas de ensino. Não existe a produção científica sem a prévia montagem de sistemas de graduação e de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, da área que se tem em vista. A constituição desses cursos, por si só, exige a presença de massa crítica composta por professores e investigadores que conte com a necessária formação na área do conhecimento que se quer estabelecer.

Nos últimos dez anos, no Brasil, o Estado induziu, por meio de quatro ministérios, a formação de uma comunidade de pesquisadores no campo dos Estudos Estratégicos.<sup>15</sup> Embora recente, ela tem experimentado crescente expansão. O número de monografias, dissertações, teses, livros, artigos e demais tipos de produção científica geraram conhecimentos que têm instrumentalizado, em todo país, não só o ensino e a pesquisa na área, mas também propiciado suas aplicações práticas, no âmbito do Estado e na sociedade civil.

Ainda não se pode mensurar o impacto dessa produção em termos de sua aplicação prática, ela está obviamente em curso, enquanto que não poderia se dizer o mesmo há pouco tempo atrás. Toda atividade prática é conduzida tendo em conta o aspecto teórico e prático. Se a atividade prática é conduzida levando em conta as leis, os métodos e os princípios estabelecidos pela teoria, os ensinamentos advindos da prática retornam, como se em um círculo, ao enriquecimento da própria teoria.

Conclui-se, portanto, que já existe no Brasil as condições necessárias para que isso já esteja acontecendo.

## DEFESA NACIONAL

A adequada compreensão do complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional encontra dificuldades oriundas de uma realidade que está em permanente transformação. O retrospecto das relações políticas praticadas pelos estados na arena global, no decorrer do século XX, e atual, registra, em cada momento, a presença de complexas variáveis, tais como a força do desenvolvimento econômico de países ou blocos de países, a construção de expressivos poderios militares, a capacidade de gerar ciência, tecnologia e inovações aplicadas à indústria de defesa (ou capacitação por ela gerada), a criação de novas fórmulas hegemônicas, a composição de forças e arcos de alianças no plano mundial, etc. Assim, no relacionamento entre os Estados, os choques derivaram de assimetrias variadas de poder que surgiram da

sua interação. A questão da Defesa Nacional ganha complexidade porque ela não pode ser compreendida de *per se*: sua compreensão mais detida e adequada requer a análise do sistema de segurança internacional. Esse também, por sua vez, não se explica por si mesmo, mas quando enquadrado em uma moldura ainda mais ampla, o sistema de relações internacionais. Tal sistema, ainda mais, resulta de macroprocessos históricos que levaram a sua constituição. Ele não é um “dado” que se apresenta ao analista como tivesse sido ocasionado por si mesmo, mas resulta de um passado que precisa ser explicado para que se entenda a lógica de seu presente (cf. Figueiredo, 2008). Países diferentes podem dispor de concepções diferentes sobre o significado de Defesa Nacional. Como todo conceito socialmente produzido, comunidades acadêmicas nacionais tendem a espelhar as dificuldades presentes nas relações políticas, ou nos conflitos de interesses que caracterizam as relações internacionais e estratégicas.

Alguns autores abordam o conceito através de uma perspectiva “modal”/“material”, sendo ela compreendida como “meios ou métodos de proteção”; ou como a “capacidade de resistir a ataques”, ou ainda, “ao equipamento ou a estrutura de proteção, ao complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e aquisição de armamentos e demais recursos militares afins” (Delgado, 2003, p. 219). Outra abordagem possível é a que se baseia na retórica oficial dos Estados sobre a questão. Na *Política de Defesa Nacional* do governo brasileiro, o conceito é apresentado como “[...] conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Presidência da República, 2005). Em termos mais analíticos, “Defesa Nacional” compreende aspectos que podem ser percebidos em termos *restritos e amplos*. Em sentido *restrito*, “Defesa” refere-se, por uma parte, ao uso da força, e exhibe caráter militar; e, por outra parte, ao emprego dos instrumentos diplomáticos que permitem, em situação de tensão entre Estados, a negociação dos interesses e objetivos das partes envolvidas, visando a manutenção da paz. Diz respeito à capacidade de dissuadir eventuais oponentes, quando a diplomacia se faz apoiada pela possibilidade do uso superior da força armada. Relaciona-se, ademais, e de modo ainda mais importante, à capacidade de, desfechado o ataque, resisti-lo, absorvê-lo e, em continuidade, manter a capacidade de contra-atacar com êxito de vitória final. Todavia, há de se supor que, nas estratégias de defesa, entrando em colapso o Estado, devido ao sucesso do ataque, sobre-exista, na sua dimensão mais profunda, a capacidade de reação em solo nacional.<sup>16</sup> Tal noção de “defesa” pode ser compreendida, entretanto, de uma maneira “agressiva” por Estados poderosos ou “superpotências”. Esses, na medida em que divisam a projeção de seus

interesses e objetivos para além de seus territórios nacionais, projetam suas estratégias de defesa nos espaços além de suas fronteiras. Entendem que quaisquer ameaças a eles se constituem em ameaças à sua própria “defesa”. Esse é o cerne, por exemplo, de uma política de defesa imperial.

Em sentido *amplo*, o termo “defesa” refere-se ao estágio de desenvolvimento econômico e tecno-científico, à estrutura social prevalecente, à resiliência das instituições políticas, ao histórico da cultura de defesa, ao tamanho do território, à composição demográfica da sociedade, aos seus recursos naturais, à sua localização geográfica (sua inserção no mapa geopolítico), à capacidade de mobilização interna, etc. A defesa de uma dada sociedade, no plano mais profundo, radica-se no solo vivido da própria sociedade.

[...] as questões que dizem respeito à política de defesa nacional não podem prescindir, por conseguinte, do conhecimento e do debate no seio da sociedade, essencialmente na busca incessante da construção de um consenso a respeito das estratégias de proteção do país e de seu povo, considerado um só, além da faixa de terra e de um Estado organizado, mas fundamentalmente formado por pessoas – sejam elas quais forem – e seus conflitos de interesses (Amorim, 2007, p. 104-116).

Estados que pretendem ser dotados de preeminência e autonomia no cenário internacional não podem prescindir de uma política pública tão importante como a da defesa e a da segurança. Afinal, em última análise, tal política diz respeito à essência última do próprio aparato estatal, mormente quando se trata de sua inserção na política mundial. Cabe aqui lembrar Aron, quando define poder no campo das Relações Internacionais como “a capacidade de uma unidade política impor sua vontade às demais” (Aron, 1986, p. 99).

## SEGURANÇA INTERNACIONAL

O conceito de “segurança internacional” não se beneficia de pacífico consenso entre os analistas. São várias as escolas interpretativas que dialogam, ou não, entre si. No entanto, sua concretude é evidente. A história do mundo tem sido, também, a história das diferentes configurações que marcaram os modos pelos quais os homens procuraram assegurar a convivência entre as nações de modo que não reinasse entre elas, brutalmente, o “estado da natureza” hobbesiano. Mas se a discussão sobre “segurança internacional” pode ser para o teórico abstrata e nebulosa, ela é tragicamente objetiva para os que sofrem, nos dias de hoje, o despejo de toneladas de

bombas sobre suas cabeças. Ou, então, padecem das resultantes de embates armados que, com causalidades distintas, mas mantendo objetivos políticos e ideológicos, acontecem em várias regiões do mundo. São todas vítimas dos conflitos e tensões, mais ou menos intensos, como maior ou menor grau de letalidade, que integram o quadro atual do que se possa entender como “segurança internacional”, seja qual for a compreensão dos analistas ou dos teóricos sobre a questão.

O mundo em que vivemos é marcado por antinomias, paradoxos e contradições herdadas do processo histórico que chegam até o presente. A atualidade em que vivemos no último quarto de século, desde o colapso da União Soviética em 1991, tem sido marcada por novas e conhecidas ameaças. Ambas compõem um mural de contrastes e confrontos que expressam as incertezas dos tempos em que se vive. Se o núcleo formal do que se pode denominar como “ordem internacional” é o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), falta-lhe força de gravidade política para impor a paz. Os últimos 25 anos têm sido marcados por guerras estatais, revoluções, terrorismos de várias espécies, conflitos tribais e étnicos, colapsos estatais, “limpezas étnicas”, etc., que redundaram em milhões de mortos e feridos, além de êxodos em massa, segregações, confinamentos, e assim por diante.

Não obstante tudo isso, há uma *ordem mundial* que resulta (principalmente, mas não apenas) de equilíbrios de forças que prevalece no cenário mundial, conferindo-lhe relativa estabilidade. Tal ordem é também tensa e intensa. O Conselho de Segurança da ONU é composto por superpotências nucleares que guardam rivalidades econômicas, políticas e ideológicas entre si. Armazenam incalculáveis estoques de destruição nuclear, sendo que as duas maiores economias do planeta, Estados Unidos e China, disputam a hegemonia do processo internacional. Por outro lado, se a Grã-Bretanha e a França se alinham aos interesses “ocidentais” liderados pelos estadunidenses,<sup>17</sup> a Rússia, não só mantém, como até, qualitativamente, expandiu, o potencial destrutivo de seu arsenal nuclear, desenvolvendo política em consonância com seus interesses e objetivos no cenário macroestratégico mundial. Ademais, dispõe, todas as cinco, de forças armadas convencionais críveis, enquanto os Estados Unidos ostentam *status* de superpotência presente em todos os continentes, com bases espalhadas por todo mundo. Índia, Paquistão e Coreia do Norte (recentemente) são igualmente potências nucleares, havendo fortes evidências de que Israel também o seja. A existência de Estados nucleares (minoría) e Estados não nucleares (imensa maioria) hierarquiza a ordem político-militar dos Estados no sistema de segurança internacional, ocasionando implicações diretas no planejamento estratégico das defesas, tanto das potências nucleares como das não nu-

cleares. Os estados nucleares estratificam-se também entre si, não só pelo potencial de letalidade que dispõem (produção e armazenagem de ogivas), como também pelo alcance e disponibilidade dos seus vetores de lançamentos, como bombardeios estratégicos, submarinos nucleares de ataque e mísseis de toda espécie.<sup>18</sup> Em um patamar inferior, os Estados não nucleares estratificam-se também em função do tamanho das suas forças armadas, das suas indústrias de defesa, de seus equipamentos, do seu aprestamento etc.,<sup>19</sup> donde a possibilidade de caracterização de “potências médias” (Gantet, 2003) e “pequenas potências”.<sup>20</sup>

A esse desequilíbrio entre as superpotências nucleares, a par das rivalidades suscitadas pelos seus interesses e objetivos tantas vezes antagônicos, e a situação da grande maioria dos países não nucleares, médios e pequenos, que vislumbram também suas próprias conveniências e metas, há de se adicionar os problemas do futuro e as dificuldades do presente.

Entre os primeiros, há de se listar o contínuo crescimento demográfico mundial, a necessidade de se manter a busca do desenvolvimento econômico, o uso cada vez maior de reservas naturais disponíveis, as alterações climáticas que podem dar margem a novas configurações geopolíticas. Além disso, há de se contar com a progressiva escassez de bens necessários à existência humana, entre eles, a energia, os gêneros alimentícios e a própria água.

Em relação às dificuldades do presente, há de se referir às chamadas “novas ameaças”, destacando-se três fenômenos internacionais: o terrorismo fundamentalista, o crime organizado transnacional e a pirataria marítima. Os três compartilham uma característica em comum: são compostos por atores não estatais que não agem exclusivamente em um Estado, mas que transpassam fronteiras, perseguindo suas metas sem limitações territoriais. Se as três diferem quanto aos seus objetivos, meios e recursos, dividem, em comum, seu caráter *transnacional*. Tal característica requer uma nova percepção da ordem internacional, já que atores não estatais se mostram capazes de impactarem a segurança dos Estados no ambiente internacional. Chamam a atenção para as múltiplas dimensões transnacionais no campo econômico e financeiro, para a velocidade das comunicações, para o “fenômeno internético” que é capaz de ligar todos a tudo, para as novas sensibilidades políticas que se conectam e se aproveitam de oportunidades além dos territórios nacionais. Assim, e desde já algum tempo, além da “segurança internacional”, afeitas primordialmente às *relações interestatais*, há de se levar em conta uma outra, a da “segurança transnacional” (cf. Kaiser, 1990). Essas “novas ameaças”, entretanto, não retiram a centralidade do papel do Estado nas relações internacionais. Elas não só têm como referência política o próprio Estado, como têm nele seu principal

adversário. Ademais, o Estado é ator essencial à própria constituição da ordem internacional.

O quadro acima, longe de ser exaustivo, sumariza apenas alguns dos traços característicos que integram o sistema de segurança internacional. Servem ao propósito de relacionar, como já anteriormente proposto, os sistemas de defesa dos Estados com o sistema de segurança internacional, aqui entendidos como o objeto dos Estudos Estratégicos. *É que o “pensar da Defesa” não se faz reflexamente, olhando-se cada Estado a si mesmo, mas, ao contrário, supõe, e necessariamente, sua intercalação em uma realidade maior que o contém e lhe confere sentido, o sistema de segurança internacional.* Tal relacionamento forma um complexo único, no qual suas duas facetas “defesa nacional/segurança internacional” só podem ser abstraídas uma da outra apenas por necessidade analítica. Convivem simultaneamente, referenciam-se mutuamente, *estão em movimento*. Devem, assim, ser cogitados, dialeticamente, como partes de uma mesma realidade, em face de outras unidades estatais com as quais necessariamente interage. Nenhum Estado é uma ilha.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denominações gerais podem abrigar denominações particulares; entretanto, logicamente, o inverso não é possível. Assim como a expressão Relações Internacionais contém ampla variedade de assuntos que compõe sua área de ensino e pesquisa, a denominação “Estudos Estratégicos” refere-se a um conjunto temático dado pelo seu objeto, “Defesa Nacional/Segurança Internacional”. Ambas requerem trabalho multidisciplinar, mas, no caso, dos Estudos Estratégicos ressalta o *caráter político*, pois o complexo “Defesa Nacional/Segurança Internacional” diz respeito ao fenômeno do poder do Estado (sua própria existência como tal, ou sua “soberania”). Deitando raízes que vêm de longe, os Estudos Estratégicos já se incorporaram ao jargão utilizado nos principais centros de pesquisa e ensino espalhadas pelo mundo. Há quase 30 anos, os pioneiros na implantação desse campo de pesquisa no Brasil escolheram essa denominação.

O presente artigo postulou que os Estudos Estratégicos se constituem em área de conhecimento próprio, identificando seu objeto no compósito “Defesa Nacional/Segurança Internacional”. Mostrou que o tal objeto corresponde a vasta temática de conhecimentos inter-relacionados. Justificou o reconhecimento científico da área tendo em vista não só a presença de considerável número de pesquisadores que exercem suas atividades profissionais na área, mas também devido à formação, tanto no âmbito acadêmico civil como militar, de especialistas que já dominam os tratamentos e procedimentos – teóricos, metodológicos e empíricos – requeridos pela área.

O conhecimento científico não é jamais “neutro”, não obstante a busca persistente da “objetividade” seja o seu “espírito”. Na ciência – assim como na vida – não se obtém as respostas pretendidas quando e se inexistente a maturação das necessárias perguntas. A identificação dos Estudos Estratégicos como área de conhecimento no país requer que se situe a análise tendo em vista a realidade brasileira. O que, na verdade, já seria uma outra incursão, que aqui, entretanto, pode ser apenas sugerida.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, A. P. de. Defesa e Segurança. *Revista Jurídica*, Brasília, v. 9, n. 84, p.104-116, abr./maio 2007.

ARON, R. *Paz e guerra entre as Nações*. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BAYLIS, J. International and global security. In: BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 226-241.

BRASIL. *Estratégia de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRIGAGÃO, C.; PROENÇA JÚNIOR, D. (Org.). *Paz e Terrorismo*. Textos do Seminário “Desafios para a política de segurança internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. *Panorama Brasileiro de Paz e Segurança*. São Paulo: Hucitec, 2004a.

BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARR, E. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/IPRI/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

D'ARAÚJO, M. C.; MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas*. Textos selecionados do Segundo Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2008. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

CLAUSEWITZ, K. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *On War*. New Jersey: Princeton University Press, 1976. (Edição revisada 1984, com ensaios e comentários de Michael Howard, Peter Paret e Bernard Brodie).



COUTAU-BÉGARIE, H. *Traité de Stratégie*. 4. ed. Paris: Institut de Stratégie Comparée / Economica, 2003.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, S. A.; SVARTMAN, E. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

DELGADO, P. *Reflexos sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, 2003.

DOMINGOS NETO, M. A defesa nacional como área do conhecimento científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6., Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

\_\_\_\_\_. 'Defesa e Segurança' como área de conhecimento científico. *Tensões Mundiais. Revista do Observatório das Nacionalidades*, Fortaleza, v. 2, n. 3, jul./dez. 2006.

FIGUEIREDO, E. de L. Globalização, neoliberalismo e estratégia de poder: os jogos não estão feitos. In: SANTOS, T. (Coord.). *Globalização: dimensões e alternativas (hegemonia e contra-hegemonia)*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ / São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociedade, Estado e Defesa Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6., Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, S. A.; SVARTMAN, E. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. A produção do conhecimento: poder, política e defesa nacional. In: ROCHA, M. (Org.). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Unifa, 2009.

\_\_\_\_\_. Os estudos estratégicos, a defesa nacional e a segurança internacional. In: LESSA, R. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (Ciência Política). São Paulo: Anpocs/Editora Barcarolla/Diálogo Editorial/ICH, 2010.

GANTET, C. *Guerre, paix et construction des Etats*. 1618-1714. Vol. 2. Paris: Seuil, 2003.

KAISER, K. A política transnacional: para uma teoria da política multinacional. In: BRAILLARD, P. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 262-293.

KALDOR, M. *New and old wars – organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LANGEWIESCHE, W. *O bazar atômico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Org.). *Novas ameaças: dimensões e perspectivas*. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MIYAMOTO, S. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação*. CD Rom REDES 2001. Washington: Center for Hemispheric Defense Studies/National Defense University, 2001.

OLIVEIRA, E. R. de (Org.). *Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituinte, Forças Armadas e autonomia militar. In: OLIVEIRA, E. R. et al. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PARET, P. (Coord.) *Construtores da estratégia moderna*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. *Construtores da estratégia moderna*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência de República, 2005.

PROENÇA JÚNIOR, D.; DINIZ, E. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

STEPAN, A. *The military in politics*. Changing patterns in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *Rethinking military politics – Brazil in the Southern Zone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

SNYDER, G. H. *Deterrence and Defense: toward a theory of national security*?. Princeton: Princeton University Press, 1961.

TOWNSHEND, C. *Terrorism: a very short introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2002.

WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

## NOTAS

1. Cf. adiante o conceito de “área de conhecimento”.
2. Cf. Domingos Neto (2007, p. 366). O autor foi presidente da comissão em tela e, na época, exercia o cargo de vice-presidente do CNPq. Ver também Domingos Neto (2006, p. 136-149; 2007, p. 363-370).
3. A TAC publicada atualmente no sítio do CNPq registra em relação a Grande Área denominada “Outros” quatro rubricas em ordem alfabética: Bioética, Ciências Ambientais, Defesa, Divulgação Científica. O comitê temático de Defesa, entretanto, foi extinto nos últimos meses de 2008.
4. Para efeito deste trabalho, trabalha-se apenas tendo como referência o CNPq. O processo de avaliação e fomento realizado pela CAPES é também feito a partir da configuração da Tabela de Áreas de Conhecimento e é em função delas que são organizadas as *Áreas de Avaliação*. Cf. <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pós-graduação>>. As agências de fomento estaduais seguem a mesma orientação.
5. O CNPq dispõe de um site sobre assunto: <<http://www.cnpq.br/áreas/cee/proposta.htm>>. Embora ele possa ser ainda acessado, foi desativado em agosto de 2006.
6. Cf. <<http://www.cnpq.br/áreas/cee/proposta.htm>>.
7. Sobre as questões epistemológicas que envolvem a conceituação dos Estudos Estratégicos, ver Figueiredo (2009).
8. Adiante se caracterizará o objeto dos Estudos Estratégicos (“Defesa Nacional/Segurança Internacional”).
9. A decisão de se relacionar um dado tema em uma rubrica (Defesa Nacional ou Segurança Internacional) é meramente arbitrária. Muitas temáticas se encaixam em uma ou outra, dependendo do ponto de vista do analista. Elas necessariamente se entrelaçam e se interfecundam. Não poderia ser de outra maneira, já que o objeto dos Estudos Estratégicos – a Defesa Nacional e a Segurança Internacional – formam um só compósito, apenas separados, como já se chamou a atenção, pela distinção analítica.
10. *Pró-Defesa*, tão somente, foi como ficou conhecido, entre a comunidade de pesquisadores na área, os editais da Capes denominados “Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional”. A denominação completa do *Pró-Estratégia* foi “Programa de Apoio ao Ensino e Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Defesa Nacional”.
11. Os Programas Pró-Defesa e Pró-Estratégia aprovaram, em todas suas edições, um total de 67 projetos. Desses, apenas 19 poderiam ser consi-

- derados relacionados à área de Estudos Estratégicos. Todos os demais devem ser capitulados em outras áreas (engenharias, física, saúde, informática, etc.).
12. Sobre a história dos Estudos Estratégicos no Brasil, confronte Myiamoto (2001) e Figueiredo (2010).
  13. Claro está que aqueles que se opõem ao Estado e visam mesmo destruí-lo seguem planejamento igualmente estratégico, caso se entenda que o cerne de tal planejamento tem como objetivo atingir os sistemas estatais de defesa e segurança. Mas aí já se estará em outro campo: o da sublevação, o da insurgência e da contrainsurgência, dos movimentos armados, etc., com maior ou menor força contestatória em relação a ordem estatal vigente. No limite, uma revolução vitoriosa institui um Estado próprio que só se consolida (ou não) na linha do tempo, caso seja dotado de “engenho e arte”.
  14. Adiante será proposta relação mais extensiva, mas não exaustiva, das temáticas afeitas à Defesa e à Segurança.
  15. O Ministério da Defesa, em conjunto com o Ministério da Educação e a Capes, instituiu os chamados editais Pró-Defesa I (2005), II (2008) e III (2013). A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, também em parceria com a Capes, seguiu o mesmo caminho em 2011, com o Pró-Estratégia. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Ministério da Defesa, via o Instituto Pandiá Calógeras, lançaram o Programa Almirante Álvaro Alberto de indução à pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional, em 2014.
  16. A Estratégia Nacional de Defesa previu, no caso brasileiro, a guerra de resistência (Brasil, 2008, p. 27).
  17. Na Europa ocidental, países como a Alemanha e a Itália não possuem armamentos nucleares, mas estão sob a guarda da Otan, liderada pelos Estados Unidos, maior potência mundial do mundo. São assim também, de certa forma, Estados potencialmente nucleares; seus planejamentos de defesa levam em conta, obviamente, esse dado crucial. Na Ásia, o mesmo acontece com o Japão.
  18. Os mísseis são de vários tipos com alcances diversos: míssil balístico de curto alcance (SRBM), míssil balístico de médio alcance (MRBM), míssil balístico de alcance intermediário (IRBM), míssil balístico intercontinental (ICBM), míssil balístico intercontinental de alcance limitado (LRICBM), míssil balístico intercontinental de alcance total (FRICBM). As siglas entre parênteses referem-se às denominações em inglês.

19. Como já se fez referência anteriormente.
20. “Pequenas potências”, apesar das limitações intrínsecas, são reconhecidas como um ator estratégico, embora de menor relevância. Diferenciam-se dos “pequenos Estados” pois esses “adaptam-se” ao sistema internacional, incapazes de atuar, mesmo em posição subalterna, no cenário político-estratégico.

## ESTUDOS ESTRATÉGICOS COMO ÁREA DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

### RESUMO

Este artigo aborda a questão das áreas de conhecimento científico no Brasil e propõe que os Estudos Estratégicos preenchem as condições necessárias para serem reconhecidos como uma área de conhecimento científico. Sustenta que os Estudos Estratégicos compreendem conjunto de conhecimentos inter-relacionados e coletivamente construídos. Defende que seu objeto de ensino e pesquisa é o complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional. Preconiza que a natureza de seu objeto é de caráter político. Mostra que a área cumpre com as exigências de servir ao ensino e à pesquisa, além de gerar saberes que instrumentalizam suas aplicações práticas.

Palavras chave: Área de Conhecimento; Estudos Estratégicos; Defesa Nacional; Segurança Internacional.

### ABSTRACT

This article addresses the issue of scientific knowledge areas in Brazil and proposes that Strategic Studies fulfill the necessary conditions to be recognized as an area of scientific knowledge. It maintains that Strategic Studies include a set of interrelated and collectively built knowledge. It argues that its teaching and research object is the National Defense / International Security complex. It assumes the political nature of its object. It shows that the area meets the requirements to serve teaching and research, besides generating knowledge that instrumentalizes its practical applications.

Key-words: Knowledge Area; Strategic Studies; National Defense; International Security.